

Espaço Público, requalificação urbana e consumo cultural:

o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura e seu
entorno

Public Space, urban requalification and cultural
consumption: the dragão do mar cultural center and
its surroundings

Linda Maria de Pontes Gondim *

RESUMO: O artigo discute a crise do espaço público na cidade contemporânea, expressa na proliferação de formas espaciais segregadoras, como shopping centers, condomínios fechados e áreas requalificadas. O texto analisa o caso do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, cuja construção teve como um dos principais objetivos a recuperação do espaço público de Fortaleza. Tal projeto apresentou resultados ambivalentes. Se, por um lado, seus espaços abertos são utilizados por vários tipos de pessoas, a frequência aos museus e espetáculos é restrita a pessoas de classe média ou alta, por conta do limitado capital cultural da população de baixa renda. No entorno do CDMAC, predominam usos lucrativos como bares, restaurantes e casas de shows. Mas é conspícua a presença de grupos de jovens do lado de fora desses espaços, promovendo a gratuidade do consumo de música e dança, e interagindo com o comércio informal (e barato) de bebidas e comidas. Tais práticas fogem aos usos previstos, expressando uma sociabilidade no sentido que Simmel atribui ao termo: tratam-se de trocas afetivas endógenas, que ocorrem entre grupos constituídos por pares. Como tal, a sociabilidade permite a convivência de usos e contra-usos, os quais expressam lutas na e pela cidade.

Palavras-chave: requalificação urbana, espaço público, Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura.

A crise do espaço público nas cidades contemporâneas

A morte do espaço público ou sua difícil sobrevivência nas grandes cidades contemporâneas tem sido um tema recorrente nas análises que tratam das transformações do espaço urbano. Por um lado, a mercantilização do

patrimônio, da cultura e da paisagem, por meio de projetos de requalificação de áreas históricas ou frentes marítimas, contribuiria para a gentrificação desses espaços (LEITE, 2004; SORKIN, 1992). Por outro lado, a escalada da violência, a erosão da ideologia igualitária e a obsessão pela segurança criam “cidades de muros”: guetos, territórios controlados por gangues juvenis ou traficantes de drogas, condomínios fechados, shopping centers, praças e parques cercados (CALDEIRA, 2004; SORKIN, 1992).

As críticas aos projetos de requalificação urbana convergem na avaliação de que estes seriam incapazes de “ressuscitar” os lugares de convivência entre pessoas de classes e grupos sociais diferentes. A exclusão social seria mesmo acentuada por eles e pelo tipo de planejamento que lhes é associado. Apresentado como uma reversão da lógica racionalista, totalizante e autoritária do urbanismo modernista, o planejamento estratégico priorizaria a “gestão participativa” mediante a formação de parcerias entre governo, empresários e demais atores do processo de construção do espaço urbano. Apesar da retórica democrática, as intervenções voltadas para a requalificação do patrimônio histórico-arquitetônico e de frentes marítimas, inspiradas nessa perspectiva, nada mais seriam do que “estratégias” – no sentido que De Certeau (1999) confere ao termo – para disciplinar o consumo do espaço urbano. Os usuários deste seriam selecionados pelo tipo de atividades promovidas nos espaços requalificados, incompatíveis com o capital cultural e os recursos materiais da população de baixa renda.

Alguns autores, como Rogério Proença Leite (2004) e José Guilherme Magnani (2002), questionam essa visão, que obscurece a importância das “práticas” dos cidadãos, que se opõem às “estratégias” do poder estatal ou empresarial (De CERTEAU, 1999). Assim, é possível pensar em “contra-usos” nos espaços requalificados, capazes de subverter a lógica dos projetos e criar outros lugares, mediante a “[...] demarcação socioespacial da diferença e das ressignificações que esses contra-usos realizam” (LEITE, 2004, p. 215). Essa abordagem implica uma concepção não normativa e dinâmica do espaço público, condizente com o conceito de sociabilidade proposto por Georg Simmel. Tal conceito ressalta a forma, e não os conteúdos da interação social. Ou seja, independentemente desses conteúdos, a sociabilidade significa o convívio prazeroso entre “iguais”, no sentido de que características “inteiramente pessoais” e fatores “inteiramente materiais” (SIMMEL, 2006, p. 69) são abstraídos.

A sociabilidade permite a prevalência do “nós”, e esse “nós” tanto pode tolerar, como entrar em conflito com “os outros”. O tipo de relação entre o “nós” e “os outros” não altera a natureza da sociabilidade, que é sempre baseada em trocas afetivas e prazerosas entre aqueles que dela participam,

ou seja, “trocas endógenas”. Assim, o medo e a violência podem estar lado a lado com a sociabilidade, que ocorre dentro de grupos constituídos por pares, e não entre grupos desiguais, ou mesmo diferentes. Essa visão é compatível com a convivência entre “usos” e “contra-usos”, na linha de Rogério Cerqueira Leite (2004), e aponta para uma concepção de espaço público não idealizado conforme modelos utópicos. Estes, via de regra, tomam como referência períodos históricos e espaços geográficos restritos e idealizados, como a polis grega na época de Péricles (ARENDDT, 1989) ou a esfera pública dos salões e cafés da Europa ocidental nos séculos XVII e XVIII (HABERMAS, 1984).

Essas rápidas considerações teóricas são relevantes para analisar um projeto de requalificação da antiga área portuária de Fortaleza, o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura (CDMAC), construído em 1998 e inaugurado oficialmente em abril de 1999. Sua construção teve como um dos objetivos norteadores a recuperação do espaço público em Fortaleza, o que seria realizado tanto pela concepção do projeto arquitetônico do centro cultural, como pelo efeito catalisador de novos usos que este promoveria e que se estenderiam a seu entorno. Desenhado de forma a permitir a livre circulação e o acesso de um público diversificado a seus equipamentos, o Dragão do Mar contribuiria para favorecer o encontro e a convivência de diferentes grupos sociais: turistas e nativos, jovens e velhos, pobres e ricos, famílias e consumidores individuais (GONDIM, 2007).

O edifício do CDMAC combina uma arquitetura que se diria “pós-moderna” – pelas citações e hibridismo que a caracterizam – e também moderna, sobretudo por sua relação com as edificações remanescentes do seu passado histórico de área portuária (GONDIM, 2007). À época da construção do Dragão do Mar e mesmo alguns anos depois, os edifícios em seu entorno tinham aspecto deteriorado, mas a expectativa era que o novo edifício propiciasse a recuperação desse patrimônio. Nesse sentido, prevaleceu a “concepção viral” do urbanismo modernista, “na qual as qualidades radicais de alguma coisa totalmente fora de contexto infestam e colonizam o que a circunda” (HOLSTON, 1996, p. 246).

Espaço público como lugar dos diferentes: o público do CDMAC

Mais de dez anos depois de sua inauguração oficial, o Dragão do Mar continua a oferecer uma programação cultural diversificada, acessível a um público heterogêneo: concertos de música clássica, shows de rock; exposições de arte

moderna e contemporânea; espetáculos teatrais, performances, debates sobre filmes, lançamento de livros, contação de histórias infantis etc. (GONDIM, 2007). Não caberia, aqui, entrar no mérito dessa programação, nem tampouco discutir o CDMAC como parte da política cultural do Governo Estadual, que o mantém¹. O foco do presente artigo é a contribuição que um projeto de requalificação urbana pode oferecer para a criação ou manutenção de espaços públicos na cidade; nestes, o exercício da cidadania adquire visibilidade, por se expressar materialmente no convívio dos cidadãos em locais não privados, cujo acesso é livre (gratuito e sem constrangimentos). Trata-se da autêntica urbanidade, “[...] baseada na proximidade física e na livre movimentação e na sensação de que a cidade é nossa melhor expressão de um desejo por uma coletividade” (SORKIN, 1992, p. xv).

Nessa perspectiva, qual seria a contribuição do CDMAC para a urbanidade de Fortaleza? Um aspecto a considerar é a co-presença de pessoas heterogêneas. A esse respeito, qualquer observador mais atento discernirá no CDMAC uma pluralidade de visitantes que percorrem seus espaços abertos, como constatou pesquisa realizada pela autora (GONDIM, 2007, p. 197)². Nas observações sistemáticas realizadas, constatou-se a frequência de pessoas cujo aspecto (vestuário, cor da pele, etc.) denota pertença a classes e grupos sociais menos favorecidos. Também estão representadas faixas etárias e situações sociais diversificadas: famílias inteiras, casais de namorados, grupos de adolescentes, idosos, crianças em idade escolar, pré-escolar ou mesmo bebês, acompanhadas pelas mães ou pais. Tal diversidade pode ser vista sobretudo ao longo da passarela que liga os três edifícios em que se divide o equipamento cultural.

A situação é diferente, porém, quando se tratam de espaços fechados, onde ocorrem atividades culturais: é diminuta a presença de pessoas de baixa renda em concertos e espetáculos de dança, mesmo quando o ingresso aos mesmos tem preço simbólico. Ainda que o acesso aos dois museus do CDMAC – o Memorial da Cultura Cearense e o Museu de Arte Contemporânea – seja gratuito aos domingos, eles atraem um público bem mais homogêneo do que os espetáculos (gratuitos) nos espaços abertos.

1 O CDMAC, oficialmente, é uma Organização Social, mas o Governo Estadual é seu principal mantenedor.

2 Pesquisa realizada com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Evidentemente, vários fatores, além do preço do ingresso, inibem o consumo de bens culturais. Além de outras despesas, como transporte e lanches, há que considerar aspectos culturais relevantes, como falta de interesse por museus, associada ao nível de escolaridade e, conseqüentemente, à classe social. Trata-se de um fator crucial mesmo em países com mais alto nível de desenvolvimento econômico, como a França (BOURDIEU; DARBEL, 1969). Apesar da ênfase do governo francês, ao longo de várias décadas,

em programas de difusão da cultura erudita (por meio de Casas de Cultura, museus, bibliotecas, salas de espetáculos etc.), a conquista de novos públicos atingiu principalmente as classes médias, “no duplo sentido de um aumento do número dos ativistas culturais dessas classes e de uma intensificação do consumo cultural de suas frações já mais praticantes” (PASSERON, 1995, p. 337).

No caso do Brasil e, em particular, de Fortaleza, onde a pobreza se associa a uma extrema desigualdade social, é ainda mais difícil para os excluídos ultrapassar as barreiras simbólicas que se erguem contra eles. A esse respeito, é pertinente o comentário de uma urbanista sobre o CDMAC:

A própria monumentalidade do Dragão, que ignora a escala do antigo conjunto e não estabelece diálogo com os edifícios vizinhos, talvez tenha construído uma ‘imagem de arrogância’. O Dragão promoveu uma certa ‘assepsia’ e uma apreensão do espaço totalmente distinta do que antes havia. Sabe-se que há conteúdos psicológicos no espaço. Talvez alguns grupos sociais enxerguem, agora, ‘portas invisíveis’ num espaço que outrora lhes fora familiar (apud GONDIM, 2007, p. 212)³.

O entorno do CDMAC: usos e contra-usos

As edificações existentes nos quarteirões adjacentes ao edifício do CDMAC foram quase todas restauradas e ocupadas com novos usos. Desse ponto de vista, a concepção do Centro Cultural como catalisador de mudanças teve êxito, evitando a destruição do único conjunto arquitetônico remanescente do passado⁴. No entanto, pode-se dizer, parodiando Holston, que o “vírus” da cultura inoculado pelo CDMAC mostrou-se bem pouco resistente: é notória a predominância de bares, restaurantes, danceterias e casas de show em seu entorno. Galerias de arte, teatros, produtoras de cinema e vídeo foram expulsos pela valorização imobiliária, que tornou proibitivos os aluguéis ou a compra dos imóveis para fins pouco lucrativos. Os usos comerciais, além de invadirem as calçadas, tornam sua presença conspícua pela polifonia que provocam, pois bares e restaurantes vizinhos, instalados a céu aberto, oferecem, ao mesmo tempo, “música ao vivo” em altos decibéis. A ocupação de calçadas e ruas para fins privados encurre os pedestres, enquanto os muitos veículos atulham as ruas estreitas à procura dos poucos lugares para estacionar. No entorno do Dragão do Mar, especialmente nas ruas pouco iluminadas e nas proximidades das casas de show, verifica-se a presença de pedintes, prostitutas, drogados e vendedores de drogas, que a mídia e alguns frequentadores responsabilizam pelos atos de violência que se tornaram comuns na área.

3 O depoimento da urbanista foi colhido em pesquisa realizada pela Autora (GONDIM, 2007), que optou por manter o anonimato da informante, em consonância com o Código de Ética da Associação Internacional de Sociologia.

4 Críticos argumentam que a construção de um edifício monumental, em contraste com os sobrados e outros edifícios da antiga área portuária, rompeu a escala existente, comprometendo o conjunto arquitetônico.

Contrastando com a permanência do Dragão e dos casarões de sua vizinhança imediata, a área do entorno tornou-se território da efemeridade, como constatou um pesquisador:

[Naquela área] Nada parece ter uma vida superior a dois anos. Os clubes noturnos e bares inauguram e fecham em um intervalo de tempo muito curto. Uma paisagem efêmera, onde concretamente transitamos entre alguns estabelecimentos que funcionam, outros fechados e alguns em ruínas. Em frente ao clube por mim investigado, há uma edificação em ruínas. [...] Ali já me contaram que se abrigam sem-tetos e batedores-de-carteira, podendo ser também o lugar para ‘fumar um’, ou simplesmente ‘fazer pegação’. Já vi também policiais adentrando ali, buscando apreender drogas ou alguns responsáveis por assaltos. (GADELHA, 2009, p. 114)

Mas não seriam essas presenças “indesejáveis” expressão de um “contrasuso”, possibilitado pela própria existência do centro cultural e dos equipamentos de lazer que se lhe seguiram? Não se trata de uma pergunta retórica, pois ela pode conduzir à armadilha de romantizar a delinquência ou atribuir aos delinquentes o papel de “agentes da mudança social”, ou mesmo de “nova classe revolucionária”. Talvez esse equívoco possa ser evitado se consideramos um exemplo menos carregado de valores: a presença de jovens nas proximidades de locais onde o lazer é comercializado.

Nos clubes, casas de shows e adjacências, o consumo não se restringe ao que é ofertado de forma previsível, como música, dança, shows, bebidas e comidas. Consome-se também o ver e o ser visto, os encontros, o prazer de ser parte de um grupo – a sociabilidade, enfim. A rua se torna

[...] passarela onde desfilam as turmas seus estilos (as gramáticas corporais do visual de vestes pretas da turma do metal; dos scarpin, adidas e all stars da turma indie; da maquiagem preta e dos casacos da turma gótica, dos cabelos coloridos etc.) (GADELHA, 2009, p. 115)

O público apropria-se das ruas e calçadas e o “lado de fora” se torna o lugar dos encontros e do compartilhamento, inclusive de bebidas ou drogas:

embora o clube esteja aberto a partir das vinte e três horas, somente da meia-noite e meia ou uma hora, em diante, é que o público começava a entrar no local. [...]

Enquanto isso todos ficavam do lado de fora, bebendo ou conversando com os amigos, e isso de maneira quase ritual, já que todos os sábados era assim. O ‘lado de fora’ era o lugar do encontro, das conversas nas rodinhas de amigo, do ‘baseado’ partilhado embaixo das arvores. (GADELHA, 2009, p. 123-124).

Esses grupos juvenis, ao preferirem o “lado de fora”, promovem uma gratuidade do consumo e, ao mesmo tempo, exercem a sociabilidade no espaço urbano à revelia do que foi pensado no projeto do CDMAC e do que é esperado pelos empresários atraídos pelo lugar. A permanência de jovens nas ruas e calçadas promove um diálogo com o comércio informal, onde se compram lanches e bebidas a baixo preço – evidência de um “contra-uso” que vai de encontro ao que foi planejado pelo governo e ao que é desejado pelos empresários do setor formal. Há também o ilícito, como as drogas e o sexo em lugares públicos; ou o indesejável, como a poluição sonora, o lixo e a lama.

Cabe aqui uma restrição ao conceito de “contra-usos” para caracterizar essas práticas alternativas, pois tal conceito induz ao equívoco de classificar a priori os espaços “gentrificados” como “usos regulamentados”. Embora tenham sido concebidos pela lógica estratégica do poder estatal e dos interesses empresariais, os projetos de requalificação urbana, por si só, não tem o poder de fomentar, nem tampouco excluir, a sociabilidade entre desiguais – objetivo maior das promessas de recriação do espaço público por meio desses projetos. Convém lembrar que o “impulso sociável” fundamenta-se num princípio democrático: “cada indivíduo deve garantir ao outro aquele máximo de valores sociáveis (alegria, liberação, vivacidade) compatível com o máximo de valores recebidos por esse indivíduo” (SIMMEL, 2006, p. 69; *italicos no original*). Uma sociedade que não sabe distribuir sua riqueza com um mínimo de equidade dificilmente conseguirá que os incluídos compartilhem “alegria, liberação e vivacidade” com os excluídos dos direitos de cidadania.

Nesse contexto, a ideia de “práticas de cidadania insurgente” (HOLSTON, 1996) assume valor heurístico por ser aplicável tanto aos que são plenamente “cidadãos”, como àqueles que não têm acesso, no todo ou em parte, a bens materiais e culturais necessários para o desfrute da vida urbana. A “cidadania insurgente” encontra-se, assim, na interseção de dois processos: de um lado, o aumento da visibilidade e a expansão das reivindicações dos grupos subordinados ou marginalizados; de outro lado, a emergência ou consolidação de novas formas de violência e de segregação, que buscam conter e controlar aqueles grupos. Exemplificando: condomínios fortificados, shopping centers, praças cercadas e bairros gentrificados, assim como territórios de gangues, ocupações de terras urbanas, bairros de homossexuais e minorias étnicas,

são partes da luta – ou melhor, de uma guerra – na cidade e pela cidade. Trata-se, em todos os casos, de espaços para a prática de sociabilidades, que não excluem disputas pelo direito à cidade.

Nessa “guerra”, não há a priori perdedores e ganhadores. O que se sabe de antemão é que a violência intergrupos não elimina – pode até aumentar – a sociabilidade intragrupos. Esta, para os participantes, não é “certa” nem “errada”: é apenas necessária para a sobrevivência material, psíquica e cultural dos indivíduos. Entretanto, a falta de comunicação e convívio entre os diferentes (re)cria e acentua desigualdades, comprometendo o próprio sentido da vida urbana, ou seja, a urbanidade.

Considerações finais

A necessidade de exercer a sociabilidade na cidade moderna decorria da massiva co-presença de “estranhos” nos lugares públicos (SENNET, 1995). Na cidade contemporânea, a crescente desigualdade social e o aumento da segregação espacial têm sido agravados pelas políticas econômicas neoliberais, que preconizam cortes nos gastos públicos com programas sociais compensatórios. Esse tem sido o cenário do incremento da violência, que atinge maior visibilidade nas metrópoles.

O medo da violência tem gerado respostas que acentuam ainda mais a segregação das classes sociais, por meio da criação de espaços enclausurados para a moradia, o lazer e outras atividades. O outro lado dessa mesma moeda é a guetificação dos pobres, confinados em favelas e periferias sujeitas ao controle de traficantes, gangues, milícias. Uma das estratégias utilizadas para romper essa dinâmica tem sido o investimento público em grandes projetos de requalificação urbana, que geralmente combinam políticas culturais com intervenções no patrimônio histórico-arquitetônico.

A construção do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura em Fortaleza é uma expressão dessa tendência, e teve como um de seus objetivos contribuir para a recuperação do espaço público na cidade. A ideia era que o equipamento cultural seria um catalisador da recuperação da área, atraindo para ela outros usos culturais e contribuindo para a revitalização econômica do seu entorno. Havia uma preocupação explícita em assegurar que o CDMAC não fosse voltado somente para as classes de maior poder aquisitivo, e que propiciasse a convivência entre pessoas heterogêneas em termos econômicos e culturais.

Em parte, esse objetivo foi atingido, tanto que é notória a presença de diversos grupos e tipos de pessoas nos espaços abertos do edifício. Entretanto, a

frequência às atividades culturais não tem a mesma diversidade, devido, principalmente, à desigual distribuição de capital cultural entre as pessoas que compõem o público do CDMAC.

Quanto ao entorno, é verdade que o CDMAC atraiu novos usos que permitiram a revitalização da área e a recuperação física do seu patrimônio arquitetônico. Tais usos, entretanto, ficaram restritos àqueles que proporcionam maior lucratividade, como bares, restaurantes e casas de show, em detrimento de atividades culturais como teatros e galerias de arte. A presença destas nas proximidades do Centro Cultural tornou-se inviável, devido à excessiva valorização imobiliária da área.

Isto não significa simplesmente que o imperativo do mercado suplantou a intervenção estratégica do Estado. Afinal, o mundo da vida, longe de ser binário, é feito por muitos agentes, cujas lógicas não são apenas estratégicas. Como lembra De Certeau (1999), as práticas cotidianas dos sujeitos podem se transformar em táticas que se contrapõem a objetivos estratégicos, sendo capazes de modificar, dificultar ou mesmo impedir a sua realização.

Nesse sentido, a situação do espaço público no entorno do CDMAC é ambígua, pois nele convivem usos e contra-usos. A prevalência dos interesses comerciais não elimina o compartilhamento de comidas e bebidas compradas ao setor informal pelos frequentadores que ficam “lá fora” – tanto os que podem, como os que não podem pagar o ingresso para entrar nos ambientes privados. A festa não se restringe ao espaço interno dos clubes e casas de show, pois nas calçadas e ruas próximas, jovens fazem a sua “festa pública”. O ver e o ser visto é também uma forma de consumo, em que predomina a estética.

A rua, nessas áreas, é lugar de surpresa e variedade. Prazer e estética se combinam com medo e perigo. Nos lugares frequentados por playboys de classe média, pessoas e práticas “indesejadas” também se fazem presentes. Pelas ruas onde circulam adolescentes em busca de um som legal para dançar, transitam garotas e garotos de programa em busca de clientes, viciados em busca de drogas, traficantes em busca de viciados. Os encontros entre esses diferentes sujeitos no espaço público não constituem manifestações de sociabilidade, pois dificilmente há trocas afetivas entre eles.

Como a “morte rubra” no conto de Poe⁵, os excluídos aproveitam-se dos bailes de máscaras para se infiltrar e contaminar justamente os que se enclausuram para se proteger da violência. A presença dos “indesejáveis” nos espaços gentrificados parece ser inofensiva na medida em que se limitem a brincar e a servir ao consumo. Mas sua visibilidade tem consequências para a busca da cidadania.

5 Trata-se do conto “The masque of the red death”, de Edgar Allan Poe (QUINN, 1984 [1842]).

Keywords:
gentrification;
public spaces;
Dragão do Mar
Center for Art and
Culture.

Artigo
Recebido: 07/05/2011
Aprovado: 30/05/2011

ABSTRACT: This article discusses the crisis of public space in the contemporary city, which appears in the proliferation of segregating spatial forms such as shopping centers, gated residential areas and gentrified areas. The text analyses the case of Dragão do Mar Center of Art and Culture, whose building had among its main objectives the recovery of Fortaleza's public space. This project presented mixed results. On one hand, its open spaces are used by different types of people; on the other hand, in its museums and shows the attendance is mostly high and middle class, due to the limited cultural capital of low income population. On the vicinity of Dragão do Mar, profitable uses such as restaurants, bars and dancing places prevail. But the presence of young people outside these places is conspicuous, promoting free consumption of music and dance, and interacting with informal vendors of cheap food and beverages. Such practices escape from the foreseen uses, expressing sociability in the sense defined by Simmel: they are endogenous affectionate exchanges that occurred between peers. As such, sociability permits the coexistence of uses and counter-uses, which express struggles in and for the city.

Referências

- ARENDDT, Hannah. A condição humana. Rio de Janeiro: Forense, 1989.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34, 2000.
- BOURDIEU, Pierre; DARBEL, Alain. L'amour de l'art; les musées d'art européens et leur public. Paris: Les Editions de Minuit, 1969.
- DE CERTEAU, Michel. A invenção do cotidiano. v. 1. Artes de fazer. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- GADELHA, Kaciano. Sobre estéticas musicais, culturas juvenis e espaço urbano: notas de uma etnografia no entorno do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura. In: BARREIRA, Irllys; BARREIRA, César (Orgs.). A juventude e suas expressões plurais. Fortaleza: Edições UFC, 2009. p.111-132.
- GONDIM, Linda M. P. O Dragão do Mar e a Fortaleza Pós-Moderna: cultura, patrimônio e imagem da cidade. São Paulo: Annablume, 2007.
- HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural na esfera pública. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HOLSTON, James. Espaços de cidadania insurgente. Revista do Patrimônio, Rio de Janeiro, n. 24, 1996, p. 243-253.
- LEITE, Rogério Proença. Contra-usos da cidade; lugares e espaço público na

experiência urbana contemporânea. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

MAGNANI, José Guilherme C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 49, jun. 2002, p. 11-29.

PASSERON, Jean-Claude. Figuras e contestações da cultura. In: ____ O raciocínio sociológico; o espaço não popperiano do raciocínio natural. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 325-373.

POE, Edgar Allan. The masque of the red death. In: QUINN, Patrick (Ed.). Edgar Allan Poe: poetry and tales. Nova York: Library of America, 1984, p. 485-490.

SENNET, Richard. O declínio do homem público; as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SIMMEL, Georg. Questões fundamentais de sociologia. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

SORKIN, Michael (Ed.). Variations on a theme park: the American city and the end of public space. Nova York: Hill and Wang, 1992.